

**Comunicação de Davide Proserpi,
presidente da Fraternidade de Comunhão e Libertação
ao Movimento de Comunhão e Libertação
em videoconferência de Milão, 19 de janeiro 2022**

Veni Sancte Spiritus

1. Os próximos passos e as suas razões.

Boa noite a todos. É bom reencontrarmo-nos, ainda que o Covid nos obrigue a manter um ecrã entre nós, esperemos que seja por pouco tempo.

Agradeço-vos por terem conseguido tempo para participar neste momento, em que pretendo partilhar convosco as razões dos passos que teremos de enfrentar nas próximas semanas. Penso que este é o tempo em que temos oportunidade de nos perguntarmos seriamente se queremos aprender alguma coisa, ou seja, se queremos ir a jogo a tentar provar alguma coisa ou se queremos aprender alguma coisa que ainda possamos aprofundar ou compreender, também sobre o carisma que nos foi entregue. Foi dito que estamos num tempo de *interinidade*. Mas, para nós, o que significa verdadeiramente esta palavra - *interinidade*? É o fio da navalha, porque a *interinidade* pode ser a perceção da densidade do instante ou então a desculpa para uma indisponibilidade. Não tanto uma indisponibilidade para seguir o chefe do momento, à espera que o turno mude, mas sim uma indisponibilidade a Deus. Desde logo, que alguém sinta o tempo assim, quer dizer que põe limites à ação de Deus na sua vida e na história. Porque, num instante, Deus pode mudar a história! O instante até pode ser isto! E eu, onde estou? Então, o problema é estar presente! Para nós, hoje, o problema é estar presente nas coisas presentes, como dizia *don* Giussani, «fixar como presença as coisas presentes» (L. Giussani, Milão 1 fevereiro 1995, cfr. «Vivere sempre intensamente il reale», *Tracce*, n. 9/2011, p. V).

A situação jurídica em que nos encontramos

Entro sem preâmbulos nas comunicações que vos quero fazer. Perdoem-me esta abordagem um pouco “técnica”, mas quero propositadamente expor alguns dados antes de qualquer consideração, por razões de seriedade e de transparência. Durante esta comunicação, vou também aprofundar questões mais fundamentais.

Segundo indicações específicas que recebemos do cardeal Kevin Farrell, no mês de fevereiro teremos de eleger alguns responsáveis regionais que terminaram o seu mandato. Isto sempre aconteceu gradualmente quando um ou outro responsável regional concluía o mandato, aplicando os mecanismos previstos nos Estatutos da nossa Fraternidade. Após a publicação do Decreto da Santa Sé, colocámos algumas questões específicas ao Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, que dizem respeito à renovação destes cargos, durante os dois anos de transição previstos no próprio Decreto. O Dicastério respondeu-nos oficialmente no fim de dezembro. Neste momento já podemos - aliás, devemos - cumprir os pedidos que nos foram enviados.

Começo por dizer que estas eleições não dizem respeito a todos, mas apenas a Itália, Espanha, América do Norte e Suíça (que, na verdade, já realizou as consultas), nos termos das modalidades que vou especificar daqui a pouco. Porém, a familiarização com o método das eleições em si e, sobretudo, começar a tomar consciência das motivações subjacentes à proposta que a Igreja nos faz, isto sim tem a ver com todos nós, é de interesse para toda a Fraternidade: em primeiro lugar, porque é justamente a autoridade da Igreja que no-lo pede; em segundo lugar, porque nos dá a oportunidade para começar a refletir sobre um tema que desorienta e preocupa muitas pessoas, como é compreensível, que é a pergunta sobre qual será o passo de maturidade que nos pede o Decreto promulgado pelo Dicastério, que disciplina o exercício de governo nas associações internacionais de fiéis. Isto diz respeito a todo o Movimento, não só às pessoas inscritas na Fraternidade, na medida em que quem guia a Fraternidade é também o responsável último do Movimento. É por isso que estamos a falar disto hoje à noite.

Quero também sublinhar já um segundo aspeto. Nos termos do Decreto, o que vou dizer diz respeito apenas à eleição dos órgãos centrais de governo: presidente, vice-presidente, Diaconia central e responsáveis regionais (enquanto membros da Diaconia central), que, para nos entendermos, em Itália são os que visitam as comunidades dentro das regiões da Fraternidade. Acrescentam-se a estes os responsáveis diocesanos. Então, não se trata de eleger todo e qualquer responsável de comunidade, priores ou sacerdotes de referência dos grupos de Fraternidade. Na realidade, o Decreto aplica-se apenas aos órgãos de governo central.

As razões dos pedidos que o Dicastério nos faz

Esclarecidos estes elementos de facto e de direito, perguntamo-nos quais são as razões dos pedidos que a Santa Sé nos faz (este é - creio eu - o ponto que mais nos interessa neste momento e que pode interessar toda a gente).

Tal como se lê no prólogo do Decreto, o objetivo das indicações do Dicastério é ajudar os movimentos de leigos a garantir que «o governo, no seio das agregações de fiéis, seja exercido coerentemente com a missão eclesial delas, como serviço ordenado para a realização de seus próprios fins e para a proteção dos membros». Como sabemos, as alterações que o Decreto implicou na vida do nosso Movimento são significativas e, por isso, é justo e compreensível que todos nós sintamos a necessidade de compreender em que consiste esse passo de amadurecimento, bem como de perceber quais são os problemas *práticos* e *doutrinais* que se relacionam com o governo da Fraternidade de CL e que somos convidados a enfrentar.

Ainda que as problemáticas a enfrentar sejam múltiplas, temos desde já uma oportunidade para esclarecer uma primeira questão importante, que tem a ver exatamente com o significado que Igreja atribui ao método das eleições. Esta oportunidade é-nos oferecida precisamente pela circunstância que acabei de descrever. Todos concordamos que não é destes aspetos jurídicos que a nossa fé depende, mas devemos interrogar-nos sobre o significado que a Igreja atribui ao gesto que vamos realizar. Só se o compreendermos, poderemos dar-lhe a devida importância.

a) Eleições e método de Deus

A primeira questão que me parece importante esclarecer é que aceitar a indicação de levar a sério a eleição dos responsáveis diocesanos e regionais não significa ceder a uma lógica mundana, quer dizer, democrática no sentido político do termo. Tal como foi explicado por Julián Carrón pouco antes da sua demissão, a identificação com uma lógica meramente democrática significaria descurar o método de Deus: é o próprio Deus que elege. Diz Jesus: «não fostes vós que me escolhestes; fui Eu que vos escolhi a vós» (Jo 15,16).

Em que medida, então, é que as eleições que a Igreja nos pede neste momento para fazer (e para enfrentar de maneira não puramente formal) não contradizem este método? Creio que temos de nos ajudar a responder a esta pergunta e ofereço-vos o meu contributo. Não pretendo que esta minha intervenção seja exaustiva nem conclusiva - temos de continuar a refletir juntos sobre estas coisas -, mas peço-vos que tenham em conta os passos que vou fazer, procurando pacientemente entrar numa perspetiva que, à primeira vista, nos pode parecer pouco familiar.

Para começar, parece-me importante recordar que o Espírito age não só em quem guia, mas *em cada batizado*, ou seja, em cada um de nós. Por isso, o método eletivo existe desde sempre na Igreja, também em realidades que nasceram de grandes carismas, como por exemplo as realidades monásticas, que estão vivas há muitos mais séculos que nós, e que continuam a dar frutos. Pensemos também no modo como é indicado o sucessor de Pedro, a autoridade suprema da Igreja. A eleição de uma autoridade na vida da Igreja é um evento do Espírito, não é um facto puramente humano. E é assim na medida em que cada membro de comunidade é um batizado e, como tal, um sujeito em que o Espírito de Cristo vive e age; além disso, no caso de realidades carismáticas como a nossa, cada um de nós é um batizado a quem é confiada a corresponsabilidade do carisma, como nos tem sido repetido pela Igreja e como o próprio *don* Giussani nos ensinou. Mais do que uma vez lembrámos a seguinte passagem da Escola de Comunidade, de *Gerar rasto da história do mundo*: «Cada um tem

responsabilidade pelo carisma encontrado. Cada um é causa de declínio ou de crescimento do carisma, é terreno em que o carisma se desperdiça ou dá frutos. A tomada de consciência da responsabilidade por todos é muito séria enquanto urgência, enquanto lealdade e fidelidade. Obscurecer ou diminuir esta responsabilidade significa obscurecer e diminuir uma intensidade de incidência que a história do nosso carisma tem sobre a Igreja de Deus e sobre a sociedade» (L. Giussani-S. Alberto-J. Prades, *Gerar rasto na história do mundo*, Paulus, Lisboa 2019, p. 123).

Se existe um ensinamento central no nosso carisma, no carisma de *don* Gius, é exatamente a intuição da grandeza do Batismo, quer dizer, do facto de na vida da Igreja, todos os batizados, padres ou leigos, consagrados ou casados, serem chamados a ser *protagonistas na cena do mundo*, cada um à sua maneira, cada um respondendo com dedicação a Cristo na adesão à vocação pessoal, e todavia todos protagonistas, todos como «responsáveis», em certo sentido. Se há coisa que *don* Giussani nos transmitiu, me transmitiu, foi precisamente esta: a consciência de que a última camponesa desconhecida, que usa a enxada no meio de um campo, ao fazê-lo consciente de que o seu trabalho é para a glória humana de Cristo, pode ser protagonista da vida da Igreja, tanto como o Papa. Na entrevista que, em 1987, Angelo Scola fez a *don* Giussani, este dizia: «É verdade, nunca sentimos necessidade por aí além de pôr a tema o conceito de “leigo”, porque toda a nossa atenção está concentrada na ideia de “fiel” ou de “batizado”. Quer dizer, sobre a ideia de uma ontologia nova que o Facto cristão introduz ativamente no mundo. O que é realmente o cristianismo senão o acontecimento de um homem novo que, por sua natureza, se torna num protagonista novo na cena do mundo? [...] A questão eminente na realidade cristã não é, portanto, “leigo ou não leigo”, mas o acontecimento da “criatura nova” de que fala São Paulo» (entrevista de A. Scola a *don* Giussani in L. Giussani, «Il “potere” del laico, cioè del cristiano. Agosto 1987», in *Un avvenimento di vita, cioè una storia*, editado por C. Di Martino, Edit-Il Sabato, Roma-Milão 1993, p. 33).

Quem está em Cristo é «um homem novo», «uma criatura nova», diz *don* Giussani, citando São Paulo. E como homem novo, o batizado é não só chamado, mas está também habilitado a ser protagonista na cena do mundo. Pois bem, parte deste protagonismo, agora, consiste em levar a sério o gesto das eleições que nos esperam, quer seja as futuras eleições da nova Diaconia e, depois, do novo presidente, quer seja agora em breve as eleições dos responsáveis regionais, que se vão realizar em fevereiro (como vou explicar em breve). Neste pedido da Igreja, devemos ver uma grande estima por cada um de nós. A Igreja diz-nos que, exatamente por causa do nosso Batismo, podemos e devemos assumir pessoalmente a responsabilidade pelo bem da realidade do Movimento a que pertencemos. Diz-nos também que, por causa da educação da fé que recebemos graças ao Movimento, estamos habilitados a dar um juízo de fé sobre a situação que estamos a atravessar, um juízo que chegue ao ponto de escolher alguns entre nós a quem será confiada uma responsabilidade específica. A Igreja arrisca em cada batizado e convida-nos, portanto, a arriscar, com confiança e sem medo.

Em que atitude nos devemos então colocar para viver este risco pessoal na fé? Respondo recorrendo a duas palavras que nos foram frequentemente recordadas.

b) Escolher ou reconhecer?

Tendo em conta o que acabei de dizer, gostaria de fazer um esclarecimento que considero importante. Em diversas ocasiões e através de diversas vozes, a Igreja lembrou-nos que, na verdade, não existe contraposição entre o método *eletivo* e o método do *reconhecimento*, para a usar a expressão de *don* Giussani que ouvimos na Jornada de Início de Ano: «Porque não o escolhemos, ao mestre: reconhecemo-lo!» (São Paulo), («*Nenhum dom de graça vos falta*», Jornada de Início de Ano dos adultos e dos estudantes universitários de Comunhão e Libertação, 2021, p. 14). De facto, quem é chamado a votar não tem de (ou pelo menos não deveria) *escolher* com base no seu gosto pessoal. Como explica Giussani, «escolher o mestre significa afastarmo-nos da violência dos nossos pensamentos e dos nossos arrazoados» e sobre isso cita a Segunda Epístola a Timóteo: «Virão tempos em que o ensinamento salutar não será aceite, mas as pessoas acumularão mestres que lhes encham os ouvidos, de acordo com os próprios desejos. Desviarão os ouvidos da verdade e divagarão ao sabor

de fábulas. Tu, porém, controla-te em tudo, suporta as adversidades, dedica-te ao trabalho do Evangelho e desempenha com esmero o teu ministério» (2Tm, 4, 3).

Mas então, se não é através de uma «escolha pessoal», em sentido negativo, que se torna na imposição de um gosto pessoal, de uma sensibilidade ou da arrogância sobre os outros, com base em que é que se reconhece e se identifica a autoridade? Se não é por uma escolha arbitrária, individual ou de grupos, não pode ser senão por ação da Graça de Deus, com base na sugestão do Espírito. Mas se o que vem de Deus é uma sugestão, significa que Deus chama à colação a nossa razão e a nossa liberdade: pode não se seguir uma sugestão; aliás, até se pode nem se ouvir se estivermos cheios das nossas imagens. Por isso, é necessário colocar-se numa posição de escuta, de humildade, de docilidade à voz de Outro, o que é completamente o oposto do democratismo. Claro que, cada um, na sua liberdade, pode fazer o que quiser. Isto continua a ser sempre verdade. Mas não é o método em si que é mundano. Num gesto como as eleições, a mundanidade vencerá se já tiver vencido nos nossos corações, ou seja, se o critério com base no qual exercitamos o nosso poder de escolha não for ditado pelo amor a Cristo e ao bem da comunidade, mas antes por outros critérios, que não vou elencar agora e que todos sabemos o quanto nos condicionam.

Então, não devemos escandalizar-nos com um método no qual a Igreja confia há séculos e que o próprio *don* Giussani acolheu e integrou nos Estatutos que regulam a vida da Fraternidade. Recordo que, em fevereiro, nas eleições dos responsáveis diocesanos e regionais, votar-se-á aplicando os artigos dos Estatutos queridos por *don* Giussani, uma vez que os novos ainda não existem. A ação do Espírito não exclui a colaboração livre do homem. Pelo contrário, chama-a à colação. Chama o homem com a sua liberdade e a sua razão. Não o chama para «fazer política», no mau sentido do termo, mas sim a abrir-se à Sua sugestão, usando toda a energia de responsabilidade e de compreensão de que está dotado, e usando os meios humanos (e, nesse sentido, sempre limitados e imperfeitos) de que dispõe. Não dizemos nós que a escolha do Papa é feita com a assistência do Espírito Santo? Ainda assim, sabemos bem que quem o elege são os cardeais! Não é preciso ver contradições onde não existem, porque Deus encarnou e ligou-se à realidade humana da Igreja. Logo, é um problema de moralidade, como nos ensina a terceira premissa d'*O Sentido Religioso*, porque só uma razão desimpedida de preconceitos pode verdadeiramente reconhecer o caminho que Deus indica. Só amando a verdade mais do que a nós próprios, teremos o coração na posição certa para colaborar na obra de Deus, na obra de Outro.

Por isso, parece-me que a primeira e fundamental maneira para nos prepararmos para viver de forma autenticamente responsável o gesto que nos preparamos para fazer é a oração, a mendicância do Espírito: devemos pedir ao Espírito que oriente a nossa inteligência, que nos torne capazes de eleger pessoas que sejam uma ajuda para a obra de Deus, para o desígnio que Deus tem, e não para os nossos projetos e as nossas imagens.

Para completar este ponto, quero fazer um *nota bene* (que vale para as eleições intermédias de que falei hoje, mas também para as que se hão de realizar a seu tempo, com os novos Estatutos), necessário para dar a devida importância ao que eu disse até agora. Com o método das eleições, vamos ser chamados a escolher alguns responsáveis do Movimento. Eles terão de desenvolver uma função objetiva de condução, cada um ao seu nível. Fazer referência a estas pessoas com cordialidade, seguir as suas indicações, aderir à proposta que farão, etc, será este o caminho, muito concreto, com que poderemos afirmar a unidade do Movimento e seguir a sua proposta educativa.

É certamente desejável que a escolha possa recair, se Deus quiser, sobre a pessoa com mais autoridade e dotada de dons pessoais. Escusado será dizer que o critério para escolher os responsáveis locais não pode ser exclusivamente a autoridade individual ou a maturidade de compreensão do carisma de CL. Na verdade, a tarefa do responsável não é apenas ser mestre na fé – pelo exemplo de santidade -, mas sim servir com dedicação e clarividência o bem da comunidade. Pode existir uma pessoa que nos parece ter mais autoridade e ser mais fascinante, por causa da maneira como fala da fé e a vive, mas por diversas razões pode não ser nesse momento a pessoa adequada para desempenhar a função de responsável, quer seja por razões pessoais, quer seja pelo momento histórico que a comunidade local está a viver. Convido, por isso, cada um a exercitar o seu discernimento, pensando numa pessoa que

pelas qualidades humanas, pela capacidade de amizade e pela maturidade de fé possa servir de forma inteligente e generosa a vida da comunidade.

Nada disto retira que cada um de nós se possa sentir mais ajudado por outras pessoas no seio da comunidade, por outros testemunhos. Como disse no ponto anterior, o Espírito não age apenas em quem guia, mas sim em todos os batizados. As várias formas de autoridade presentes na nossa companhia são uma riqueza oferecida pelo Espírito e, com toda a certeza, não são decididas por eleição. Pensemos no exemplo de maturidade com que alguns doentes, no meio de nós, viveram e vivem a sua condição. Pensemos no exemplo que nos chega daqueles que vivem a sua vocação familiar, acolhendo e educando filhos que não são seus. Pensemos nas pessoas que têm uma capacidade especial de aconselhar, de confortar, de guiar outras pessoas nas suas vidas pessoais. Pensemos em quem é capaz de edificar com as suas intervenções na Escola de Comunidade, porque lhe é dado um dom particular de identificação com o coração da nossa experiência, ou o dom de ler experiências que todos fazem com especial profundidade e agudeza. Pensemos em quem é capaz de propor o cristianismo aos mais novos, comunicando o fascínio que vem de Cristo presente. Entre nós, estas pessoas são verdadeiras luzes, e é justo aprender e imitar o que Deus nos oferece através da sua presença. São estas as pessoas mais adequadas para guiar a comunidade? Não necessariamente! Em certos casos, podem ter os dons adequados a esta tarefa, outras vezes não.

Portanto, neste caso também não devemos criar contraposições de dons que contribuem para tornar a nossa companhia mais bela, que se completam uns aos outros. Mas não devemos confundi-los. «A cada um é dada a manifestação do Espírito, para proveito comum» (1Cor 12, 7) diz São Paulo.

Em suma, se uma pessoa quer pertencer a Comunhão e Libertação porque reconhece no Movimento e no carisma de *don* Giussani o caminho que Deus lhe indicou para crescer na fé e para pertencer à Igreja, não poderá deixar de fazer referência aos responsáveis que serão escolhidos. Mas também terá a liberdade de se alimentar de tudo o que o Espírito suscita na sua total liberdade. *Don* Giussani retomou várias vezes, como bem sabemos, a importância que tem na vida do Movimento esta ligação, mas também esta distinção, entre autoridade objetiva e autoridade moral¹. Em 1993, por exemplo, disse:

«A autoridade no carisma, para ser muito simples, é aquela que a Igreja reconhece. A Igreja reconhece a responsabilidade de um carisma. A autoridade moral pessoal é dada pela participação que uma pessoa tem na autoridade estabelecida. Eu posso ter uma autoridade no carisma que interessa ao Movimento, e pode existir entre vós a pessoa mais pequena que vive este carisma com uma tal vivacidade, com uma tal sinceridade e uma tal humildade, que me ultrapassa por todos os lados, e eu próprio olho para ela procurando aprender o significado do carisma do qual sou defensor e guia. O significado deste carisma é revelado por aqueles que, na simplicidade do seu coração, vivem o dom dado pelo Senhor, e assim se tornam autoridade de facto. A autoridade moral é aquela que solicita e edifica. A autoridade estabelecida é quem assegura o caminho. A autoridade assegura o caminho justo; a autoridade enquanto reconhecida pela Igreja. A autoridade moral anima os passos, torna belo o caminho, torna-o persuasivo, torna-nos mais capazes de sacrifício quando ele é preciso. A autoridade moral é uma santidade, a autoridade estabelecida é uma tarefa» (L. Giussani, *Um acontecimento na vida do homem*, Paulus, Lisboa 2020, p. 291).

c) Significado de algumas decisões de *don* Giussani

Gostaria de retomar a referência que fiz sobre as escolhas que *don* Giussani fez em relação aos Estatutos da Fraternidade. Quando se fala de eleições, às vezes oiço dizer: «Mas Giussani não queria isto!»; ou então «Não disse isto!»; ou ainda, «No texto tal ou na ocasião tal, disse o contrário», e por aí fora. Penso que é necessário clarificar algumas coisas. Por isso, partilho convosco três argumentos importantes sobre o quais vos convido a refletir e, se quiserem, a dialogar.

¹ Nota de tradução: em italiano, a distinção é feita com as palavras *autorità* e *autorevolezza*. Em português, existe uma única palavra - autoridade; *autorevolezza* (traduzido no livro citado por “autoridade moral”) refere-se à qualidade que é reconhecida a alguém que revela autoridade pela credibilidade, prestígio ou grande conta em que é tido.

Primeiro argumento

Giussani quis este método. Quis que a Fraternidade fosse reconhecida como «associação universal de fiéis»: se tivesse querido outra coisa, decerto que teria podido fazê-lo. Podia deixar que o Movimento continuasse a ser uma realidade de facto, sem nenhuma regulamentação, sem Estatutos, uma experiência espontânea deixada à pura liberdade dos que participavam dessa vida. Mas não fez isso. Pelo contrário, quis que CL fosse reconhecida oficialmente pelo Papa, isto é, pediu à autoridade da Igreja que confirmasse o que tinha nascido através dele, para que cada um de nós pudesse seguir o caminho do Movimento, com a certeza de, desse modo, estar a seguir o caminho da Igreja. Primeiro, pediu ao Abade de Montecassino, e depois à própria Santa Sé, através do então Conselho Pontifício para os Leigos. Portanto, *don* Giussani quis que a Fraternidade de CL fosse uma associação de fiéis e, por isso, que tivesse estatutos que preveem um certo tipo de estruturação da vida comunitária, como por exemplo o facto de as pessoas que guiam as comunidades locais e o guia último serem eleitos.

Se nos parece que algumas expressões de *don* Giussani estão em contraste com isto, na minha opinião isso significa que temos de nos ajudar a aprofundar o seu significado – isto sim -, e vamos procurar fazê-lo com toda a objetividade e serenidade possíveis, sempre que for necessário.

Verdade é que a última vontade de Giussani foi que a Fraternidade de CL tivesse os Estatutos que tem, e temos de respeitar essa vontade, levando a sério o método das eleições como um evento que não temos o direito de considerar uma mera formalidade, como se se tratasse de uma imposição jurídica da Igreja que trai a natureza profunda do nosso carisma. Se assim fosse, creio que Giussani teria impedido que tivéssemos este tipo de regulamentos, a não ser que se pense que Giussani queria contornar as indicações da Igreja – coisa que espero que nenhum de nós considere credível. Não, *don* Giussani quis que a Fraternidade fosse aquilo que é.

Segundo argumento

Eleger o Presidente não contradiz o facto de a autoridade ser *reconhecida* num processo que também é comunal, basta ver a experiência das ordens religiosas. Como disse há pouco, se admitimos que cada batizado é dotado de uma inteligência nova que nasce da fé, então ele dispõe de toda a graça de que precisa – também em virtude da pertença ao carisma comum - para reconhecer o que é bom para a associação num determinado momento histórico e, por isso, para identificar a pessoa mais adequada para a conduzir.

O método das eleições não se opõe à ênfase que *don* Giussani coloca sobre reconhecermos juntos quem tem autoridade. É o instrumento que podemos usar para exprimir este reconhecimento, e este reconhecimento, em última análise - atenção! -, é o resultado comunal do movimento de responsabilidade pessoal de cada um. Por isso, não é proibido falar entre nós e confrontar. A Igreja não nos diz que não podemos falar sobre isto, confrontar entre nós, ajudar-nos a ajuizar, a perceber. Façamo-lo, se considerarmos oportuno, como ajuda para nos abirmos à indicação do Espírito Santo. Não para delegar a nossa responsabilidade noutras pessoas, mas sim como ajuda para a assumir na primeira pessoa.

Terceiro argumento

Por fim, existe um terceiro argumento: é a Igreja que nos está a pedir exatamente isto, que elejamos os nossos responsáveis, ou seja, que cada um assuma a sua parcela de responsabilidade nesta identificação. E, muito ou pouco que seja, isto pede-nos a todos que mudemos o modo com que sempre olhámos para as coisas, pede-nos para entrar num ponto de vista mais amplo. O Decreto geral de junho passado e os pedidos específicos que o cardeal Farrell fez ao nosso Movimento são um dado objetivo, a partir do qual devemos, juntos, ajudar-nos a recomeçar: a Igreja pede-nos para eleger o nosso futuro Presidente, e para o eleger por um período de tempo determinado. Todos queremos viver uma obediência cordial ao Papa, por isso temos de compreender e incluir também este pedido.

Concluo a primeira parte da intervenção desta noite, na esperança de que as coisas que vos disse possam contribuir para explicar as razões das mudanças de práxis na identificação dos órgãos de governo que a Igreja nos está a pedir. Em qualquer caso, se não estiver tudo esclarecido, não se preocupem, vamos voltar a isto. É um caminho que queremos fazer juntos, com paciência, para que todos possam perceber as razões e, assim, aderir livremente.

2. Nomeações dos responsáveis regionais e dos responsáveis diocesanos cujos mandatos estão a terminar.

Vou agora ao ponto que descreve o que teremos de enfrentar nos próximos dois meses.

Como sabem, a nível internacional, a Fraternidade está organizada por regiões pastorais (atualmente são 14) e, dentro delas – sempre que haja um número mínimo significativo de inscritos -, em comunidades diocesanas, cada uma com o seu responsável.

Itália está subdividida em três regiões: a primeira (Lombardia, Piemonte, Ligúria, Vale de Aosta e Sardenha), a segunda (Emília-Romanha, Veneto, Friul-Venezia-Júlia, Trentino-Alto Adige, Toscana e Marcas); e a terceira (todas as outras regiões do centro sul). Quanto a estas regiões pastorais, antes de proceder à renovação do responsável regional, será necessário antes de mais renovar 22 responsáveis diocesanos. Vamos publicar a lista no site da Fraternidade, na seção “Avisos”.

Além destes, será renovado o responsável da Região pastoral da Diocese de Milão, cargo atualmente ocupado por mim próprio. Trata-se de uma situação muito peculiar, porque a Diocese de Milão é uma Região pastoral à parte. Desde os anos 80, a Diaconia tem vindo a considerar oportuno que o responsável diocesano coincidissem com o responsável regional e que, tendo em conta o alto número de inscritos na Diocese (18.000, mais de 30% do total de inscritos na Fraternidade), o responsável regional não fosse designado por uma assembleia dos inscritos, mas fosse nomeado diretamente pela Diaconia central. A minha intenção, agora, é acrescentar a esta modalidade uma forma de consulta, que estamos a definir.

Todas estas eleições se vão realizar em breve, nos meses de fevereiro e março, para que nos possamos depois concentrar na definição dos novos Estatutos e nos novos procedimentos eleitorais.

As modalidades de eleição dos responsáveis regionais e dos responsáveis diocesanos estão descritas nos nossos estatutos, concretamente nos artigos 20, 29, 30, com algumas alterações procedimentais que vos serão comunicadas atempadamente. A propósito disto, nomeei três delegados que vão assistir aos procedimentos de preparação de todas estas eleições: Francesco Magni para a primeira região, Emmanuele Forlani para a região segunda e Cesare Pozzoli para a região terceira. Os seus contactos serão comunicados em breve e poderão dirigir-se a eles para quaisquer questões sobre o tema.

Para ser exaustivo e transparente, também vos comunico que, além dos responsáveis regionais que agora teremos de reeleger, existem outros membros da Diaconia que ultrapassaram o limite dos seus mandatos. No entanto, neste caso, trata-se de membros cooptados, quer dizer, escolhidos diretamente pela Diaconia, mediante proposta do Presidente. São eles: o padre Javier Prades, Marco Bersanelli e o padre Stefano Alberto.

No passado sábado, 15 de janeiro, propus à Diaconia que fossem cooptadas três pessoas para os seus lugares (porque os membros cooptados que acabo de referir não podiam ser novamente cooptados, tendo ultrapassado os dez anos previstos pelo Decreto). Digo rapidamente a lista, explicitando também os critérios com base nos quais nos orientámos: Luigi Benatti, porque foi e é um ponto de referência para uma zona em que estão presentes comunidades muito numerosas (Bolonha e Emília-Romanha) e, por isso, conhece de perto as suas situações; o padre Andrea d’Auria, especialista em Direito Canónico, e a cujas competências a Diaconia deverá recorrer para examinar e transpor as propostas da Comissão para o Estatutos; Cesare Pozzoli, que propus à Diaconia que fosse eleito como novo representante legal da Fraternidade durante o período da minha interinidade. Como talvez saibam, o Giuseppe di Masi, que desempenhou esta função nos últimos anos, pediu-me em novembro para deixar o cargo.

Depois, propus (nos termos sugeridos pelos Estatutos) cooptar mais três pessoas que possam ajudar a Diaconia a ter em conta as três áreas significativas da cultura, da caridade e da missão, que são também os sectores em que se articulam as iniciativas da Fraternidade (todas as doações se subdividem – como sabemos pelo relatório de despesas da Fraternidade, apresentado anualmente nos Exercícios espirituais – nestes três sectores). São eles: Letizia Bardazzi, para a cultura (a Letizia está à frente da Associação Italiana dos Centros Culturais e pode, por isso, oferecer à Diaconia um ponto de vista precioso); Monica Poletto, no setor da caridade (a Monica trabalha há muito tempo com o setor social na Companhia das Obras, e conhece pessoalmente muitas das obras de caridade que nasceram do Movimento, não só em Itália, mas em todo o mundo; é uma pessoa estimada e competente, que nunca se poupou no serviço concreto à vida e à criatividade de presença do Movimento); o padre Donato Contuzzi, para a missão (o padre Donato é sacerdote da Fraternidade São Carlos, está em missão em Taipei há muitos anos; muitos de vocês conhecem-no por causa da vídeo-entrevista que o padre Carrón desejou que se realizasse no ano passado exatamente para documentar o florescimento da nossa presença no âmbito internacional).

No passado sábado, a Diaconia aceitou por unanimidade estas minhas propostas. Aproveito para agradecer aos novos membros pela disponibilidade que demonstraram para servir a nossa companhia desta forma.

Agradeço profundamente também às pessoas que terminaram o seu serviço na Diaconia pelo contributo que deram (em alguns casos, durante muitos anos!) para a condução do Movimento. Não digo novamente os nomes por razões de brevidade. Obrigado!

Tal como disse no início, estas eleições dizem respeito apenas a uma parte dos inscritos. Peço a todos os inscritos das Dioceses implicadas nas próximas eleições para atualizar os dados pessoais no site da Fraternidade até ao dia 30 de janeiro, e sobretudo que verifiquem se o endereço e-mail está correto. A secretaria da Fraternidade vai enviar as convocatórias por e-mail a partir do início de fevereiro. Na convocatória, serão também fornecidas todas as indicações técnicas para participar nas assembleias e nas operações eleitorais.

3. Comissão Estatutos

Há um terceiro ponto sobre a Comissão Estatutos. Vou ser muito breve. Recebi vários pedidos de explicação sobre a composição desta Comissão. Sem entrar nos pormenores, queria apenas referir que, aceitando os critérios que me foram sugeridos no diálogo com o Dicastério, favoreci uma boa representatividade em termos biográficos (como podem constatar, vamos desde um estudante universitário até pessoas de oitenta anos) e geográficos (porque estão representados quase todos os continentes). Naturalmente que a preferência foi, sempre que possível, para pessoas que também têm competências técnico-jurídicas, mas não só, porque – como já referi na comunicação anterior – também quisemos privilegiar um conhecimento da nossa história (a presença de pessoas que tenham participado ou que conhecessem as origens dos primeiros Estatutos e das suas várias evoluções, etc). Portanto, a composição segue estes critérios; naturalmente, tive de ser o mais “restrito” possível, porque queremos que este processo se conclua nos prazos que o Decreto determinou.

Aproveito esta ocasião para vos agradecer porque no pouco tempo que demos, chegaram mais de 300 contributos, muitas vezes fruto do trabalho sério e intenso de grupos de pessoas que, obviamente, serão agora tomados em consideração e utilizados para o trabalho da Comissão. Por isso, agradeço-vos. Este trabalho está a assumir, tal como desejámos, uma dimensão que envolve todos os inscritos na Fraternidade.

4. Introdução ao trabalho de Escola de Comunidade dos próximos meses

Quero agora apresentar-vos as decisões que tomei com os amigos do Conselho de Presidência, no que concerne a Escola de Comunidade. O texto que escolhemos para o ano que agora começou é *Dar a vida pela obra de um Outro*, que recolhe as últimas intervenções de *don* Giussani nos Exercícios

da Fraternidade, entre 1997 e 2004. O texto já está disponível em italiano, em espanhol e em holandês, e vai ser publicado em inglês e em português do Brasil nos próximos dias. Gradualmente estará disponível também noutras línguas. No caso de o texto completo ainda não estar pronto noutras línguas, se for necessário, as partes que começaremos a trabalhar serão antecipadas no site do CL. Este texto vai acompanhar-nos entre fevereiro e os próximos Exercícios da Fraternidade. Aproveito esta ocasião para vos comunicar que estes serão pregados pelo padre Mauro-Giuseppe Lepori, Abade Geral da Ordem Cisterciense. Tal como no ano passado, serão abertos a todas as pessoas e não só aos inscritos na Fraternidade. Este ano, decidimos novamente fazer os Exercícios por videoconferência, devido à continuação da situação incerta causada pela pandemia. Desejo agradecer profundamente ao padre Mauro por ter aceite este nosso convite.

Muitos de vocês perguntaram-me se tenho intenção de continuar o gesto da Escola de Comunidade em vídeo para todos, como fez o padre Carrón ao longo destes anos. Devo dizer-vos que não pretendo continuar a utilizar esta modalidade de ensinamento, pelo menos na forma em que se tornou familiar nos últimos anos. Essa modalidade pertencia à personalidade e à sensibilidade do padre Julián. Durante o período que me foi concedido, gostaria de vos fazer uma proposta muito elementar, que agora vos exponho, entrando brevemente no mérito da escolha do conteúdo e no método que desejamos seguir.

1. O texto da Escola de Comunidade.

Desde logo, o conteúdo. Por que motivo escolhemos este texto (*Dar a vida pela obra de um Outro*)? Menciono duas respostas breves e depois entraremos – obviamente – mais no mérito ao fazer o trabalho de Escola de Comunidade:

- a) Porque as intervenções que contém são sintéticas, recapitulam a reflexão de uma vida inteira. Os textos dos Exercícios que vamos retomar são os últimos pregados por *don* Giussani: representam, por isso, o fruto mais maduro da sua reflexão.
- b) Porque se trata de textos realmente proféticos. Creio que vamos espantar-nos de novo, ao lê-los, porque identificam com surpreendente lucidez as linhas de desenvolvimento da sociedade e da mentalidade dominante em que, hoje em dia, todos estamos profundamente mergulhados.

2. O método para o trabalho de Escola de Comunidade

Gostaria de vos dar algumas sugestões sobre o método que queremos usar para entrar nestes textos bastante densos. Sublinho algumas indicações, retiradas dos documentos que o próprio *don* Giussani ditou. Sugiro que as releiam, são muito úteis: estes documentos estão disponíveis no nosso site (“Sugestões de método para a Escola de Comunidade”, 1992; “A Escola de Comunidade e a presença”, 1993; “Uma presença que move”, 1997. Acrescenta-se a estes textos “Algo que vem antes”, de 1993, em L. Giussani, *Dalla fede il método*, Coop. Edit. Nuovo Mondo, Milano 1994, em especial o segundo factor).

Assimilar uma mentalidade nova. Antes de mais, a Escola de Comunidade é uma escola. A escola, diz *don* Giussani, é «um lugar e um método em que se aprende» (1997) e acrescenta: «Aprender implica perceber o texto no seu significado» (1997). O primeiro passo para fazer Escola de Comunidade é, portanto, perceber o que significa o texto proposto. «É preciso tornar-se discípulos do texto» recomenda Giussani, ou seja, ler «esclarecendo juntos o significado das palavras» (1992), «dando “razões” das palavras que se usam» (1993, segundo factor).

Este é o primeiro passo do trabalho que queremos fazer.

Com este objetivo, na quarta-feira, 9 de fevereiro às 21h, vamos propor um «Anúncio» do trabalho da Escola de Comunidade em videoconferência, para nos introduzir aos conteúdos propostos por *don* Giussani na primeira parte do livro. Vai ajudar-nos Sua Excelência o Monsenhor Filippo Santoro, Arcebispo de Taranto e Delegado especial do Santo Padre para os Memores Domini. E não é por acaso, considero muito importante que seja um caminho que fazemos juntos.

Nos próximos dias, a secretaria irá difundir o aviso com as indicações para participar.

Mas não queremos trabalhar só com “didática à distância”. Por isso, a segunda indicação que vos quero dar é que nos juntemos a trabalhar «presencialmente». Logo que for possível, queremos reencontrar-nos fisicamente, para trabalhar juntos sobre o texto. Reencontrarmo-nos presencialmente é importante porque a Escola de Comunidade é um facto *de comunidade*, ou seja, de comunhão, de relação. Como escrevi no *Corriere della Sera* (8 de janeiro de 2022), no cristianismo a interação através «da carne e do sangue» é uma coisa séria. Tem a ver com a maneira como estamos feitos e como conhecemos: o acontecimento a que a Escola de Comunidade nos quer introduzir é, em última análise, a relação com Cristo e a comunhão com Ele, que passa precisamente pelo facto carnal da presença dos outros na comunidade, onde é possível, nas modalidades possíveis.

O serviço de quem guia a Escola de Comunidade. Outro ponto que quero sublinhar diz respeito à função das pessoas que guiam a Escola de Comunidade. Independentemente da dimensão de cada grupo, *don* Giussani salientou muitas vezes que quem guia uma Escola de Comunidade tem uma responsabilidade decisiva. Isto, na verdade, vale para todos, porque não pode existir uma verdadeira partilha de experiência sem um prévio trabalho pessoal de cada um sobre o texto. Porém, quem guia tem uma função especial, porque deve ser o primeiro a testemunhar a experiência de espanto e de fascínio pelo encontro com aquele evento de que a Escola de Comunidade fala. Ajudemo-nos e peçamos ajuda, se tivermos dificuldades com isto.

Comparar-se com o texto. Tal como eu disse, a primeira condição para fazer bem a Escola de Comunidade consiste em compreender bem o texto, em chegar ao seu significado objetivo. A segunda condição é que aconteça aquilo a que *don* Giussani chamou a «comparação com a experiência»: somos chamados a comparar o conteúdo do texto com a nossa vida pessoal, com a vida da nossa comunidade e de todo o Movimento. A comparação é um factor de conversão, individual e comunitária. E é esta tensão para a conversão do nosso olhar e da nossa vida que faz desenvolver o Movimento. «Se a Escola de Comunidade for reduzida a categorias de um “discurso” não faz desenvolver o Movimento. Se for um trabalho, um ponto de comparação, torna-se um factor fascinante de acontecimento» (1992).

5. Conclusões

Antes de nos despedirmos e de vos dar rapidamente alguns breves avisos, deixem voltar mais uma vez a um dos temas que mencionei na minha primeira comunicação de 29 de novembro: a nossa responsabilidade pela unidade do Movimento. Sei que ainda existe alguma confusão por aí sobre o significado do que está a acontecer. Uma de vocês escreve-me: «Vivo com dor as divisões que vejo entre nós e na Igreja. Intuo que as mesmas divisões estão presentes no meu coração. Sinto mais do que nunca a exigência da unidade (consciente de que esta palavra tem uma profundidade que não conheço). E mais do que nunca me dou conta do quão essa unidade está posta à prova em toda a Igreja e no nosso querido Movimento».

É claro que a unidade não é uma coisa que nós podemos fazer com as nossas forças. É Deus que faz. Mas, exatamente por isso, podemos observar os frutos da nossa colaboração na Sua obra até num facto muito simples: o que vem de Deus une, porque a verdade acolhida une, une sempre; o que divide é o que vem de outra coisa, para além das boas intenções.

«Rezem a Jesus», dizia *don* Giussani aos responsáveis do Movimento em abril de 2000, «e peçam e procurem a unidade em tudo. Em tudo!» (L. Giussani, «Unità, legge della conoscenza», *Tracce*, n. 4/2000, p. 5).

Missas dos aniversários da morte de *don* Giussani e do reconhecimento da Fraternidade

Como sabem, com as Santas Missas celebradas nas várias comunidades, começa oficialmente a celebração do Centenário do nascimento de *don* Giussani. Dada a circunstância excepcional do Centenário, para além de envolver o respetivo Bispo, sugiro que se convidem personalidades civis e religiosas de cada zona para participar na celebração da Missa. Naturalmente, peço a todos que promovam e participem nas celebrações, respeitando todas as normas anti Covid-19 atualmente em vigor, sempre com a máxima prudência e razoabilidade.

Em breve será enviado às secretarias um aviso com as habituais referências para os materiais que é preciso fazer chegar. Nas próximas semanas, faremos atualizações sobre outras iniciativas do Centenário, cujas notícias podem sempre encontrar na página inicial do site do CL.

Jornada de Recolha do Medicamento

De 8 a 14 de fevereiro, decorrerá a Jornada de Recolha do Medicamento, do Banco Farmacêutico. Num momento de pobreza e de necessidade como o que estamos a atravessar, convidamo-nos a estar presentes, doando medicamentos nas farmácias aderentes e oferecendo a disponibilidade para fazer um turno como voluntários. Para indicar a disponibilidade, é necessário contactar o responsável do Banco Farmacêutico da respetiva comunidade, escrevendo para info@bancofarmaceutico.org. Os voluntários serão essenciais no sábado, 12 de fevereiro.

Avisos do Movimento

Relembro que o canal de comunicação oficial para receber os avisos centrais e regionais do Movimento em Itália é a plataforma «Avisos CL», que pode ser consultado no computador ou no smartphone, descarregando a *app* com o mesmo nome nas lojas virtuais da Apple e do Google. Para aceder ao serviço, é necessário fazer o pedido ao secretário da respetiva comunidade.

Nos próximos dias, o texto da comunicação de hoje à noite estará disponível no site do CL e progressivamente estarão também as traduções nas várias línguas.

Recitemos agora um *Gloria* pelos nossos amigos que, neste momento, estão a passar pelo sofrimento físico e moral, por quem sofre em nome do Evangelho. Não nos esqueçamos que, enquanto nós estamos aqui a falar destas coisas, há quem esteja a sofrer pela sua vida, pelos seus queridos, na incerteza de tudo e nas perseguições, pelo facto de serem cristãos, especialmente no Cazaquistão e no Médio Oriente. E rezemos também pelos nossos queridos defuntos, em especial pelo pai de uma amiga nossa que foi para o Céu ontem; ela abdicou de rezar o Terço hoje à noite para permitir que os seus amigos acompanhassem este nosso momento. Rezemos um *Gloria* juntos por tudo isto.

Gloria.

Veni Sancte Spiritus

Boa noite.